



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS
AUTARQUIA FEDERAL

EDITAL

CONCORRÊNCIA

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

926630

OBJETO

Contratação de serviços por meio de sociedade de Advogado(s) para prestação de serviços técnicos de natureza jurídica ao Conselho Regional de Biologia do Rio Grande do Sul - CRBio03 - sem exclusividade e sem vínculo empregatício - para manter a continuidade do Programa de Integridade, representar o CRBio-03 em ações trabalhistas e em demais órgãos de fiscalização, além de prestar consultoria ao Plenário, Diretoria e Gerências.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 115.136,00 anuais

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Técnica e preço

Modo de disputa:

Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Sumário

	<u>1. DO OBJETO.. 3</u>
	<u>2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 3</u>
	<u>3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.. 5</u>
<u>7</u>	<u>4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 5</u>
	<u>5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7</u>
	<u>6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO..</u>
	<u>7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 12</u>
	<u>8. DO TERMO DE CONTRATO.. 14</u>
	<u>9. DOS RECURSOS. 15</u>
	<u>10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 15</u>
<u>17</u>	<u>11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..</u>
	<u>12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 18</u>

EDITAL

Conselho Regional de Biologia - 3ª Região

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 2026/000354.03-6)

Torna-se público que o(a) Conselho Regional de Biologia - 3ª Região, por meio do **setor responsável pelas licitações**, sediado(a) na rua Corte Real, 662, bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, critério Técnica e Preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços por meio de sociedade de Advogado(s) para prestação de serviços técnicos de natureza jurídica ao Conselho Regional de Biologia do Rio Grande do Sul - CRBio03 - sem exclusividade e sem vínculo empregatício - para manter a continuidade do Programa de Integridade, representar o CRBio-03 em ações trabalhistas e em demais órgãos de fiscalização, além de prestar consultoria ao Plenário, Diretoria e Gerências, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos

projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.55 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.44 e 2.6.55 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de R\$ R\$ 115.136,00 anuais.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto no item 7.1.1 deste Edital.

4.3.1 Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes

na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que

trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

4.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.12.1.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, de acordo com os requisitos previstos no Termo de Referência.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1 Valor total anual do objeto;

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.12. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
- 6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação, via sistema.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. O Agente de Contratação verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1 SICAF;

6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que:

6.10.1 contiverem vícios insanáveis;

6.10.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.10.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.12. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo I deste edital**.

6.13. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

6.14. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático, conforme itens 9.45 a 9.50 do termo de referência;

6.15. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.17. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

6.17.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.17.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.18. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a execuibilidade da proposta.

6.19. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.19.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.19.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de

pessoal que será alocado na execução contratual.

6.19.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.19.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.19.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.20.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.20.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.22. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída à sociedade uma Nota Técnica (NT), com a seguinte parâmetro matemático: $NT = 100 \times Ts / Tm$, em que:

NT = Nota Técnica da licitante

Ts = Pontuação da Sociedade

Tm = Máxima pontuação observada dentre todas as propostas técnicas classificadas - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;

6.23. A Nota de Preço (NP) será dada da seguinte forma: $NP = 100 \times Pm / Os$, em que:

NP = Nota de preço da sociedade;

Pm = Menor preço apresentado dentre propostas técnicas classificadas;

Ps = Preço da sociedade;

6.24. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NTP = (0,6 * NT + 0,4 * NP) / 100$$

onde:

NTP = Nota Total Ponderada do proponente;

NT = Nota da Proposta Técnica do proponente;

NP = Nota da Proposta de Preços do proponente.

6.25. As notas de NT, NP e NTP serão apuradas com duas casas decimais, enquanto os cálculos intermediários, os quocientes entre Ts/Tm e Pm/Os, serão apurados com quatro casas decimais, conforme constado no Termo de Referência.

6.26. O arredondamento na segunda ou quarta casa decimal será para mais se a próxima casa decimal for igual ou superior a 05 (cinco) e será mantido o número da segunda ou quarta casa decimal se a próxima casa decimal for inferior a 05 (cinco).

6.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.28. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.29. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.29.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.29.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.29.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.29.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.29.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.29.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.29.2.2. empresas brasileiras;

6.29.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no

País;

6.29. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.30. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.31. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.31.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.31.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.33. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.34. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra [\[A7\]](#), o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.35. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.36. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.37. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.38. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.39. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando

houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para: [\[A8\]](#)

7.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade

jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://crbio03.gov.br/>, através do caminho ([Transparência e Acesso à Informação](#) – Licitações).

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo

ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[\[A11\]](#)

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as

provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: juridico1@crbio03.gov.br, juridico@crbio03.gov.br, adm2@crbio03.gov.br;

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente

transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.crbio03.gov.br/.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11. Anexo I – Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

12.11.2 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

12.11.3 Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;

12.11.4 Anexo V – Termo de Confidencialidade e Sigilo;

12.11.5 Anexo VI – Modelo Proposta;

Porto Alegre, 29 de abril de 2026



Jairo Luis Candido

Conselheiro Presidente
CRBio 009859/03-D

Rua Coronel Corte Real - 662 - Bairro Petrópolis - Porto Alegre/RS - CEP 90630-080 -
crbio03.gov.br

2026/000354.03-6

0156222v5



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS
AUTARQUIA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC

Processo Administrativo nº 2026/000354.03-6

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços por meio de sociedade de Advogado(s) para prestação de serviços técnicos de natureza jurídica ao Conselho Regional de Biologia do Rio Grande do Sul – CRBio03 – sem exclusividade e sem vínculo empregatício – para manter a continuidade do Programa de Integridade, representar o CRBio-03 em ações trabalhistas e em demais órgãos de fiscalização, além de prestar consultoria ao Plenário, Diretoria e Gerências, de acordo com as necessidades e demandas da CONTRATANTE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de Sociedade de Advogados(as) para a prestação de serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Conselho Regional de Biologia do Rio Grande do Sul (CRBio-03), conforme as condições do item 3.2 do Termo de Referência.	795	12 meses	R\$9.594,66	R\$ 115.136,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza **serviços especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A contratação tem como o serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua execução se dá de forma permanente e necessária ao regular funcionamento das atividades institucionais do Conselho Regional de Biologia – 3ª Região.

I - A assessoria jurídica envolve o atendimento contínuo de demandas consultivas, preventivas e contenciosas, essenciais à tomada de decisões administrativas, à conformidade legal e à mitigação de riscos institucionais. Tais atividades não se esgotam em um único ato ou projeto específico, mas se prolongam no tempo, sendo indispensáveis ao suporte das ações da Diretoria, Plenário, Gerências e demais unidades organizacionais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Considerando que o Conselho Regional de Biologia – 3ª Região é uma Autarquia Federal, criada com a finalidade de fiscalizar o exercício profissional da Administração, instaurar processos éticos e disciplinares e utilizar-se de prerrogativas legais para cobrar e receber de pessoas jurídicas e físicas nelas registradas os valores correspondentes às anuidades, às taxas e às multas devidas a ele, dentre outras.

2.3. O Conselho já dispõe de advogado em seu quadro funcional, cujas atribuições estão voltadas às atividades ordinárias e finalísticas da assessoria jurídica interna, incluindo a consultoria jurídica em matérias administrativas e de fiscalização profissional, elaboração de pareceres, atuação judicial em processos relacionados ao exercício profissional, revisão de normativos, entre outras funções inerentes ao cargo, entretanto, a presente contratação não se destina à substituição ou sobreposição das atribuições do advogado interno, mas sim à execução de atividades distintas, complementares e de natureza estratégica, que extrapolam as competências operacionais da estrutura interna, tais como:

- I- Manutenção e monitoramento do Programa de Integridade;
- II- Assessoria especializada em governança pública e gestão de riscos;
- III- Consultoria e atuação em matéria de Direito Público, trabalhista, incluindo negociação coletiva;
- IV - Representação perante órgãos de controle e fiscalização (como Ministério Público e Tribunais de Contas);
- V- Apoio técnico em temas específicos, como adequação à legislação de proteção de dados e conformidade institucional.

2.4. Tais atividades não se confundem com as atribuições finalísticas da assessoria jurídica do CRBio-03, estando voltadas ao fortalecimento institucional, à mitigação de riscos e ao atendimento de exigências legais e normativas cada vez mais complexas.

2.5. A fundamentação legal desta contratação é o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal da República, a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, as Instruções Normativas SEGES/MGI nº 58/2022, a Lei 12.846/2013, atender ao Decreto Federal 9.203/2017, bem como a Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

3.2. Os serviços compreendem:

I - Consultoria, assessoramento, elaboração de pareceres e representação em questões que envolvam dissídio coletivo suscitado por Sindicato(s) e outras questões do Direito do Trabalho e RH.

II - A Contratada deverá dar continuidade, manutenção e aperfeiçoamento ao Programa de Integridade do Conselho, contemplando, no mínimo, as seguintes atividades:

3.2.II.1. Avaliação e atualização periódica dos instrumentos normativos internos relacionados à integridade, ética e compliance;

3.2.II.2. Apoio na implementação e revisão de políticas, manuais e códigos de conduta;

3.2.II.3. Orientação jurídica quanto à aplicação da legislação pertinente à integridade pública e prevenção à corrupção;

3.2.II.4. Suporte na gestão de riscos, incluindo identificação, análise e mitigação de riscos institucionais;

3.2.II.5. Apoio na apuração de denúncias, quando solicitado, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa;

3.2.II.6. Promoção de ações de capacitação e conscientização sobre integridade, ética e boas práticas administrativas;

3.2.II.7. Elaboração de relatórios periódicos sobre o andamento e evolução do Programa de Integridade.

III - Prestação de serviços de representação ativa e passiva do Conselho em processos administrativos perante órgãos de fiscalização, controle e auditoria, como o TCU, MPF e MPT abrangendo a participação em audiências, reuniões técnicas e oitivas, quando necessário e, também, orientação jurídica aos setores internos quanto ao cumprimento de diligências, recomendações e determinações dos órgãos de controle, quando solicitado.

IV - Assessoria e consultoria jurídica, caso haja necessidade da CONTRATANTE e a seu critério, mediante a emissão de pareceres, incluindo a possibilidade de reunião em determinados casos (pelo menos três vezes durante o mês para comparecer presencialmente no CRBio-03 – Reuniões de Diretoria e Plenária), em especial nas áreas cível, contratual, tributária, trabalhista, administrativa, constitucional, penal, digital, incluindo LGPD;

V - Na ausência do Advogado interno do Conselho deverá realizar a assessoria consultiva, mediante emissão de pareceres por escrito, notadamente nas áreas de

licitações e contratos administrativos, incluindo a análise, do ponto de vista jurídico-administrativo, de processos licitatórios, de dispensa de licitação, de inexigibilidade de licitação, de alienações, locações, e de outros procedimentos dessa natureza, termos aditivos, ajustes, convênios e acordos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e outras leis correlatas em relação ao tema licitações e contratos, a emissão de pareceres referentes a possibilidade ou não do CRBio03 firmar uma contratação/aquisição quando essa não envolver a aprovação de minutas de edital.

3.2.V.1. Prestar atendimento ao setor de Licitações e Contratos do CRBio03, sempre que solicitado, assessorando-lhes com o esclarecimento de dúvidas e orientando como proceder nos processos relacionados a licitações e contratações, seja via telefone, WhatsApp ou por e-mail, seja por meio de reuniões presenciais e/ou remotas, quando necessário;

V I - Elaborar pareceres conforme solicitação e necessidade da Presidência, Diretoria, Gerência, Coordenações e Assessorias. Os pareceres devem ser solicitados e enviados via sistema SEI ou outro que seja de uso do Conselho.

VII- Encaminhar os pareceres relacionados às áreas indicadas no objeto, quando solicitado, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser ajustado prazo maior ou menor, de acordo com a complexidade do assunto e desde que compatível com a necessidade da CONTRATANTE.

VIII- Representação processual do CRBio03, de acordo com suas necessidades e a seu critério, em ações judiciais na esfera trabalhista, em 1ª e 2ª instâncias e, quando necessário, também em tribunais superiores, utilizando-se das medidas processuais cabíveis, adequadas, tais como propositura de ações, apresentação de defesas, réplicas, recursos, e demais manifestações necessárias ao adequado patrocínio dos interesses da CONTRATANTE, seja como autor, réu, terceiro, ou participando de qualquer outro modo em demandas judiciais.

I X - Prestar esclarecimentos e sanar dúvidas a respeito do teor dos pareceres entregues, caso a CONTRATANTE entenda ser necessário para melhor entendimento deles.

X - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de tributos, despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, seguros, bem como, quaisquer outras relacionadas ao objeto e referentes ao deslocamento do profissional, quando necessário exceto aquelas previstas em lei.

X I - A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, quitação dos tributos devidos e comprovantes de regularidade para com o FGTS, INSS, TST e OAB.

X I I - A CONTRATADA deverá utilizar de forma privativa e confidencial as informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE para o fim exclusivo de execução do objeto do contrato.

3.2.XII.1. A CONTRATADA deverá utilizar os dados pessoais em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de dados Pessoais e legislação correlatas;

3.2.XII.2. A CONTRATADA, desempenhando a função do Agente de Tratamento Operador será obrigada a reparar danos patrimoniais, moral, civil, individual ou coletivo que causar a outrem, em razão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais pela violação à legislação de proteção de dados pessoais.

3.2.XII.3. A CONTRATADA, desempenhando a função do Agente de Tratamento Operador responderá solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando

descumprir as instruções lícitas da CONTRATANTE – Agente de Tratamento Controlador, hipótese em que o operador será equiparado a CONTRATANTE/controladora.

3.2.XII.4. Em caso de o Controlador vir a reparar o dano causado a titular por parte do Operador, caberá o direito de regresso, na medida de sua participação no dano.

3.2.XII.5. Observando a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a CONTRATADA responsabiliza-se por eventual vazamento e transmissão indevida de informação e dados aos quais tiveram acesso.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I - Diminuição na utilização de documentos impressos em prol de documentos eletrônicos;

II - Redução no consumo de energia elétrica, por energia renovável ou controle desse gasto, optando por lâmpadas em LED, equipamentos com o consumo “A” de energia;

III- Reutilização de folhas para reciclagem

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica a esse tipo de contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

I- Não se aplica a esse tipo de contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não se aplica a esse tipo de contratação.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação se objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor **total anual** da contratação.

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

I - A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

II - Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

III- A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

I V - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

V- Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

I - O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

III- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.12. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

I - O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da

Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

I - O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

II - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

I - A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

II - A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.22. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de escritório

4.23. Não se aplica nesta contratação.

Margem de Preferência

4.24. Não se aplica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

I - Início da execução do objeto: primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do contrato entre as partes.

II- Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.II.1. A execução dos serviços de assessoria técnica jurídica deverá observar métodos e rotinas que garantam eficiência, tempestividade e integração com a estrutura organizacional do Conselho Regional de Biologia - 3ª Região, compreendendo:

5.1.II.2. Métodos e Rotinas de Trabalho

5.1.II.2.1. Atendimento às demandas jurídicas mediante solicitação formal das unidades do Conselho;

5.1.II.2.2. Elaboração de pareceres, notas técnicas, orientações jurídicas e peças processuais;

5.1.II.2.3. Acompanhamento de processos administrativos e judiciais;

5.1.II.2.4. Apoio técnico às áreas internas, à Diretoria, ao Plenário e às Comissões;

5.1.II.2.5. Atuação preventiva, com foco na mitigação de riscos institucionais.

5.1.II.3. Etapas de Execução

5.1.II.3.1. Recebimento e análise da demanda;

5.1.II.3.2. Estudo técnico-jurídico da matéria;

5.1.II.3.3. Elaboração de manifestação jurídica ou adoção das medidas cabíveis;

5.1.II.3.4. Encaminhamento da resposta ao setor demandante;

5.1.II.3.5. Acompanhamento posterior, quando necessário.

5.1.II.4. Tecnologia e Procedimentos

5.1.II.4.1. Utilização de sistemas eletrônicos de tramitação de processos e documentos - SEI.

5.1.II.4.2. Comunicação por meios eletrônicos (e-mail, videoconferência e outros);

5.1.II.4.3. Utilização de assinaturas eletrônicas;

5.1.II.4.4. Observância às normas de segurança da informação e proteção de dados;

5.1.II.5. Frequência e Periodicidade

5.1.II.5.1. A prestação dos serviços ocorrerá de forma contínua, com atendimento sob demanda e disponibilidade permanente da contratada;

5.1.II.5.2. Será exigida a presença de, no mínimo, 3 (três) vezes por mês, de profissional da assessoria jurídica, na sede do Conselho, para atendimento às demandas institucionais, participação em reuniões e alinhamentos com a equipe interna;

5.1.II.5.3. Participação em reuniões de Diretoria, Plenárias e Grupos de trabalho, sempre que convocados;

5.1.II.5.4. Atendimento remoto em dias úteis, em horário comercial e em caráter excepcional, fora do horário interno, para demandas urgentes.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na sede da Contratada. Quando convocada presencialmente, deve prestar o serviço no seguinte endereço: Sede do Conselho Regional de Biologia – 3ª Região, na rua Coronel Corte Real, 662 – Porto Alegre/RS;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: os serviços prestados ao CRBio03 serão executados no horário de expediente do Conselho, das 09h às 18h. Em caso de necessidade, esses horários poderão ser revistos, formalmente.

Rotinas a serem cumpridas

I - Os serviços deverão ser executados por Advogados sócios, empregados ou associados à sociedade;

II - Profissional(is) da área jurídica da CONTRATADA in loco na sede do CRBio03, pelo menos, 3 (três) vezes por mês;

III - Prazos para elaboração de pareceres jurídicos:

5.3.III.1. Urgentes: em até 48 (quarenta e oito) horas;

5.3.III.2. Demais demandas: 05 (cinco) dias úteis.

IV - Reuniões com agendamento de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, apresentando-se pauta a ser tratada previamente, ressalvados casos excepcionais e urgentes;

V - Rotinas diárias: elaboração de manuais, notas técnicas, pareceres, petições (petição simples, contestação, recursos, guias de pagamento), manifestações e esclarecimentos quanto à dúvidas pontuais referente a legalidade de atos e procedimentos.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratante deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

I - Documentos e informações

5.4.I.1. Processos administrativos e judiciais pertinentes às demandas encaminhadas;

5.4.I.2. Normativos internos, regulamentos, portarias e instruções vigentes;

5.4.I.3. Contratos, convênios, editais e demais instrumentos jurídicos;

5.4.I.4. Acesso a informações institucionais necessárias à elaboração de pareceres e manifestações.

II - Sistemas e Acessos

5.4.II.1. Acesso aos sistemas eletrônicos utilizados pelo Conselho, tais como sistemas de tramitação de processos (SEI ou equivalente), e-mails institucionais ou outros sistemas internos, quando necessário;

5.4.II.2. Ferramentas digitais para comunicação e compartilhamento de documentos.

III - Infraestrutura física (quando da atuação presencial)

5.4.III.1. Espaço físico adequado para participação em reuniões;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

I - Natureza e complexidade dos Serviços:

- 5.5.I.1. Serviços de natureza intelectual, técnica e especializada, com atuação consultiva, preventiva, contenciosa e estratégica;
- 5.5.I.2. Abrangência em múltiplas áreas do Direito Público, com destaque para direito administrativo, trabalhista, tributário, governança e compliance;
- 5.5.I.3. Atuação complementar às atividades do advogado interno, sem sobreposição de atribuições.

II- Volume Estimado de Demandas

- 5.5.II.1. Atendimento contínuo a consultas jurídicas das diversas áreas do Conselho;
- 5.5.II.2. Elaboração de pareceres, notas técnicas e manifestações jurídicas;
- 5.5.II.3. Atuação em processos judiciais e administrativos, especialmente na esfera trabalhista;
- 5.5.II.4. Apoio na implementação e manutenção do Programa de Integridade;
- 5.5.II.5. Participação em reuniões institucionais e suporte à tomada de decisão.
- 5.5.II.6. Conforme apurado durante a contratação com a assessoria jurídica anteriormente contratada, durante 5 (cinco) anos (2021-2026) foi constatado no CRBio03:
 - 5.5.II.6.1. Procedimentos trabalhistas: 21 (vinte e um) procedimentos (reclamatórias trabalhistas, recursos, inquéritos e dissídios coletivos) junto à justiça do trabalho, MPT e sindicato;
 - 5.5.II.6.2. Pareceres: 7 (sete) notas técnicas e 85 (oitenta e cinco) pareceres no ano de 2021; 338 (trezentos e trinta e oito) pareceres em 2022, 122 (cento e vinte e dois) pareceres em 2023, 121 (cento e vinte e um) pareceres em 2024, 154 (cento e cinquenta e quatro) pareceres em 2025 e, até este momento, 71 (setenta e um) pareceres no ano de 2026;
 - 5.5.II.6.3. Respostas a consultas: 95 respostas;
 - 5.5.II.6.4. Serviços relacionados ao Compliance Público: 31 serviços;
 - 5.5.II.6.5. Reuniões: 68 (sessenta e oito) em 2021; 90 (noventa) em 2022; 72 (setenta e duas) em 2023; 85 (oitenta e cinco) em 2024; 79 (setenta e nove) em 2025; 13 (treze) reuniões em 2026.

III- Custos a serem considerados na proposta

- 5.5.III.1. Despesas com deslocamento para atendimento presencial;
- 5.5.III.2. Custos operacionais e administrativos da equipe;
- 5.5.III.3. Tributos, encargos e demais despesas indiretas;
- 5.5.III.4. Infraestrutura necessária para a execução dos serviços.

IV- Nível de Serviço Esperado

- 5.5.IV.1. Tempestividade no atendimento às demandas;
- 5.5.IV.2. Qualidade técnica das manifestações jurídicas;
- 5.5.IV.3. Disponibilidade para demandas urgentes;
- 5.5.IV.4. Atuação alinhada às diretrizes institucionais e às normas aplicáveis, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

Especificação da garantia do serviço

- 5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de

11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

I- Transição Inicial (Início da Execução)

5.7.I.1. Realização de reunião inicial entre a contratada, o gestor e o fiscal do contrato, bem como o advogado interno, para alinhamento das rotinas, fluxos de trabalho e prioridades institucionais;

5.7.I.2. Recebimento, pela contratada, de documentos, processos e informações necessários à execução dos serviços;

5.7.I.3. Definição dos canais formais de comunicação e dos responsáveis pela interlocução entre as partes;

5.7.I.4. Levantamento preliminar das demandas em andamento, especialmente processos judiciais, administrativos e atividades relacionadas ao Programa de Integridade.

II- Transição Durante a Execução

5.7.II.1. Manutenção de registros atualizados das atividades desenvolvidas, incluindo pareceres, manifestações, processos acompanhados e ações implementadas;

5.7.II.2. Organização e arquivamento adequado dos documentos produzidos;

5.7.II.3. Compartilhamento contínuo de informações com o advogado interno e demais áreas envolvidas, garantindo integração e rastreabilidade das ações;

5.7.II.4. Elaboração de relatórios periódicos de atividades, quando solicitado.

III- Procedimentos para Encerramento do Contrato (relatório final circunstanciado), contendo:

5.7.III.1. Descrição das atividades realizadas ao longo da contratação;

5.7.III.2. Situação atual dos processos judiciais e administrativos sob sua responsabilidade;

5.7.III.3. Indicação de prazos em curso e providências pendentes;

5.7.III.4. Recomendações técnicas para continuidade das atividades.

5.7.III.5. Realizar a transferência integral de conhecimento, incluindo a entrega organizada de todos os documentos, peças processuais e arquivos produzidos, compartilhamento de informações relevantes sobre demandas em andamento e reunião de transição com o advogado interno ou eventual nova contratada.

5.7.III.6. Garantia da continuidade dos serviços, evitando prejuízos à Administração, até o efetivo encerramento das atividades ou início de nova contratação.

IV- Devolução de materiais e acessos

5.7.IV.1. Devolver todos os documentos, físicos ou digitais, disponibilizados pelo Conselho

5.7.IV.2. Encerrar acessos a sistemas institucionais, e-mails e demais ferramentas disponibilizadas;

5.7.IV.3. Eliminar ou devolver cópias de documentos e dados, observadas as normas de sigilo e proteção de dados.

V- Obrigações Pós-Contratuais

5.7.V.1. Manter o dever de confidencialidade sobre todas as informações obtidas durante a execução do contrato;

5.7.V.2. Permanecer disponível para esclarecimentos pontuais relacionados às atividades desenvolvidas, pelo período a ser definido contratualmente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o CRBio03 e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O CRBio03 poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CRBio03 poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A CONTRATADA não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

6.8. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Administrativa

6.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.12. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.13. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.19. O fiscal do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20. A atestação de conformidade da execução do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro empregado designado para esse fim;

6.21. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

I - coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos

eventuais.

I V - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI- elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII- enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

VIII- receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.VIII.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.VIII.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7 . 1 . A medição e o pagamento dos serviços de assessoria jurídica serão realizados de forma a refletir a natureza contínua e intelectual do objeto contratado, observando-se critérios de desempenho, qualidade e efetiva prestação dos serviços.

7.2. A medição será realizada mensalmente, com base na efetiva prestação dos serviços no período de referência;

7 . 3 . Será considerada a disponibilidade técnica da CONTRATADA, o atendimento às demandas encaminhadas e o cumprimento das obrigações contratuais;

7 . 4 . A CONTRATADA deverá apresentar relatórios mensais de atividades, contendo, no mínimo:

- I- Descrição das demandas atendidas;
- II- Relação de pareceres, manifestações e peças elaboradas;
- III- Indicação dos processos acompanhados;
- IV- Participação em reuniões e atividades institucionais;
- V- Registro das visitas presenciais realizadas (mínimo de 3 por mês);

7.5. Os serviços serão considerados satisfatórios quando:

I - Executados em conformidade com as especificações do contrato e do Termo de Referência;

II - Entregues dentro dos prazos acordados ou em prazo razoável, conforme a complexidade da demanda;

III- Apresentarem qualidade técnica compatível com a natureza do serviço;

IV- Atenderem às orientações e necessidades do Conselho.

7.6. Será pago pelo CRBio03, no mês subsequente a prestação dos serviços, à CONTRATADA, o valor do honorário contratual fixo, que será definido ao término do processo de concorrência.

7.7. Os valores apresentados já deverão incluir todos os tributos e encargos de qualquer natureza ou espécie, custos e despesas diretos ou indiretos, não sendo considerados pleitos de acréscimos a estes ou a qualquer título, devendo os serviços respectivos serem prestados ao CRBio03 sem ônus adicionais.

7.8. A CONTRATADA terá direito aos honorários de sucumbências de todos os processos judiciais em que tiver atuado, de forma proporcional se não concluído o processo e sendo ele assumido por outro Advogado ou sociedade de Advogados, cujo valor resultará de acordo entre substituto e substituído;

7.9. O CRBio03 não receberá honorários de sucumbência em nome da CONTRATADA, ressalvada decisão judicial em contrário.

7.10. O CRBio03 efetivará a atestação da nota fiscal/fatura no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento ou procederá à devolução quando aquela se encontrar em desacordo ao pactuado.

7.11. A nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada dos documentos que comprovem a sua regularidade fiscal, compreendendo INSS, FGTS, Receita Federal e Municipal e inexistência de impedimentos de contratar com a Administração Pública.

7.12. O pagamento será realizado por meio de depósito bancário na conta da concorrente da CONTRATADA, a qual deverá ser previamente informada a CONTRATANTE, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura da nota de liquidação.

7.13. A nota fiscal/fatura em nome da CONTRATADA deverá conter o CNPJ da CONTRATANTE, o número do contrato e as informações para crédito em conta corrente:

I- Nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta;

II- A primeira via do documento fiscal de eventual fornecedor;

III- Os documentos de comprovação de serviços executados, e quando for o caso, do comprovante de sua entrega.

7.14. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

I- não produziu os resultados acordados,

II - deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

III- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.15. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.16. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação

dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.17. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.18. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 10 (dez) dias.

7.19. Ao final de cada período/evento de faturamento:

I- o fiscal administrativo do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.20. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.21. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.26. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

I - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

II - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado,

por escrito, as respectivas correções;

III - Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

IV - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

V - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.30. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.31. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.32. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.33. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.34. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.35. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

I- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

II- identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.36. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.38. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.39. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.40. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.41. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.42. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.43. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.44. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.45. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.46. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total para essa contratação.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.47. Não se aplica nesta contratação.

Reajuste

7.48. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.49. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.50. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.51. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.52. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.53. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.55. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.56. Não se aplica a essa contratação.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV- Multa:

8.2.IV.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.IV.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.IV.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.IV.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.IV.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.IV.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.IV.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.IV.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021,

para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

I - Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

II- Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida;

II- as peculiaridades do caso concreto;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- os danos que dela provierem para o Contratante; e

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

I- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de

LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de TÉCNICO e PREÇO, observadas as pontuações nas proporções estabelecidas

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade jurídica, expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos termos da Lei Federal nº 8.906/94.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.

I - Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

II - Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. Caso a empresa vencedora seja enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a comprovação da regularidade contábil-fiscal poderá observar as seguintes condições, conforme o regime tributário adotado:

I - Para empresas optantes pelo Simples Nacional: deverá ser apresentada a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), referente ao último exercício fiscal disponível, nos termos da legislação vigente;

II - Para empresas não optantes pelo Simples Nacional: deverá ser apresentada a Escrituração Contábil Digital (ECD - SPED Contábil), ou documento equivalente que a substitua, também referente ao último exercício fiscal disponível, conforme exigências legais aplicáveis.

III - A documentação apresentada deverá estar válida, regular e compatível com a situação jurídica e fiscal da empresa, podendo a Administração solicitar esclarecimentos ou documentos complementares, caso julgue necessário para a adequada análise da habilitação.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Forma de julgamento: por técnica e preço, conforme art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “c”, da Lei 14.133/2021.

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

I - Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Registro ou inscrição da sociedade e dos advogados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em plena validade;

I - Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

I - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1. Certidões ou atestados de capacidade técnica que em matérias de direito público (Direito do Trabalho, Tributário, Administrativo, Digital - Proteção de Dados - e Governança Pública);

9.36.1.2. Certidão que comprove a volumetria processual de acordo com o número de processos ativos e aqueles cujo arquivamento ou baixa ocorreu nos últimos dois anos a contar da publicação deste edital, referente a temas ligados a área trabalhista e execução fiscal na justiça federal ou estadual, de responsabilidade dos Advogados vinculados à sociedade como sócios, empregados ou associados.

9.36.1.3. Certidão da atuação em programas de integridade, compliance ou governança;

9.36.1.4. Certidão de atuação em instituições públicas, preferencialmente em Conselhos profissionais de fiscalização;

9.36.1.5. Currículo dos profissionais indicados, demonstrando experiência nas áreas pertinentes do direito público, dentre eles o direito administrativo, trabalhista, tributário, compliance, atuação perante órgãos de controle, entre outros.

II - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

III - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

IV - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

V - Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço,

a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.39. Deverá ser apresentada comprovação de **capacidade técnica individual**, por meio de atestado(s) de responsabilidade técnica, que demonstre(m) a execução de serviços com características semelhantes ao objeto da contratação, tais como assessoria jurídica continuada, atuação em direito administrativo, trabalhista, governança ou compliance;

9.40. Os atestados deverão conter informações que permitam aferir a compatibilidade com o objeto, como período de execução, descrição dos serviços prestados e identificação do contratante;

9.41. Deverá ser apresentada comprovação de vínculo do(s) profissional(is) com a licitante, podendo se dar por meio de contrato social, vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços;

I - O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.42. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.43. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Propostas Técnicas

9.44. Serão observados na análise das propostas técnicas os critérios de pontuação referentes à Atuação em Conselhos de Fiscalização Profissional, à Capacidade Técnica da Sociedade em Instituições Públicas, à Volumetria Processual (trabalhista, tributário e administrativo), à atuação em Negociação Coletiva com sindicatos profissionais e à atuação em Programas de Integridade e Compliance. A partir do exame dos documentos integrantes da Proposta Técnica, serão atribuídas as seguintes pontuações:

I- Atuação em Conselhos de Fiscalização Profissional – Máximo 30 (trinta) pontos;

II - Capacidade Técnica da Sociedade em Instituições Públicas – Máximo 15 (quinze) pontos;

III - Volumetria Processual (trabalhista, tributário e administrativo) – Máximo 15 (quinze) pontos;

IV- Atuação em negociação coletiva com sindicatos profissional – Máximo 15 (dez) pontos;

V - Atuação em Programas de Integridade e Compliance – Máximo 25 (vinte)

pontos;

9.45. Atuação em Conselhos de Fiscalização Profissional: Para efeito de pontuação nesse quesito, será considerado tempo de experiência na atuação em Conselhos de Fiscalização Profissional, atribuindo-se 05 (cinco) pontos por ano comprovado de atuação, pela sociedade.

9.46. Capacidade Técnica da Sociedade (CT): Para efeito de pontuação nesse quesito, serão considerados a quantidade de certidões ou atestados da sociedade que confirmem a capacidade técnica prestada em instituições públicas, atribuindo-se 05 (cinco) pontos para cada certidão ou atestado.

9.47. Volumetria Processual (VP): Para efeito deste quesito, será considerado o número de processos ativos e aqueles cujo arquivamento ou baixa ocorreu nos últimos 05 (cinco) anos a contar da publicação deste edital, referente a temas ligados a área trabalhista, tributária e administrativa, de Advogados vinculados à sociedade como sócios, empregados ou associados, atribuindo-se as seguintes pontuações:

I- 1-20 processos - 05 pontos;

II- 21-40 processos - 10 pontos;

III- Mais que 40 processos - 15 pontos

9.48. Atuação em negociação coletiva com sindicatos profissionais: Comprovação de atuação em negociação coletiva, seja em negociação como procurador de sindicato profissional ou sindicato patronal em convenções coletivas de trabalho ou como procurador de empresa em negociação de acordos coletivos de trabalho. A comprovação será feita mediante juntada de cópia de Ata de Assembleia, Ata de Mediação, Ata de Negociação Coletiva ou certidão de representação em Dissídio Coletivo, atribuindo-se 2,5 (dois e meio) pontos por documento.

9.49. Programas de Integridade e Compliance: Para efeito de pontuação será considerado o atestado, declaração ou certidão de que a Sociedade participou do Programa de Integridade e Compliance em instituições públicas ou privadas, atribuindo-se 05 (cinco) pontos por cada documento apresentado.

Proposta de Preços

9.50. Para o julgamento das propostas de preço, a Banca Julgadora analisará as Proposta de Preços das licitantes que tiverem suas Propostas Técnicas classificadas em conformidade com as condições estabelecidas no Edital. Como resultado deste julgamento, será atribuído uma Nota de Preço (NP).

Processo de julgamento

9.51. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída à LICITANTE uma Nota Técnica (NT), com a seguinte formulação: $NT = 100 \times Ts / Tm$

NT= Nota Técnica da Licitante;

Ts= Pontuação da Licitante;

Tm= Máxima pontuação observada dentre todas as propostas técnicas classificadas.

9.52. A Nota de Preço (NP) será dada da seguinte forma: $100 \times Pm / Ps$, em que:

NP = Nota de preço da sociedade.

Pm = Menor preço apresentado dentre todas as propostas técnicas classificadas.

Ps = Preço da sociedade.

9.53. A Banca Julgadora fará o cálculo da Nota Total Ponderada do proponente (NTP), observando-se a seguinte fórmula: $NTP = 0,6 NT + 0,4 NP$, em que:

NTP = Nota Total Ponderada do proponente;

NT = Nota Técnica do proponente.

NP = Nota de Preço do proponente.

9.54. As notas de NT, NP e NTP serão apuradas com duas casas decimais, enquanto os cálculos intermediários, os quocientes entre TS/Tm e PM/Os, serão apurados com quatro casas decimais.

9.55. O arredondamento na segunda ou quarta casa decimal será para mais se a próxima casa decimal for igual ou superior a 05 (cinco) e será mantido o número da segunda ou quarta casa decimal se a próxima casa decimal for inferior a 05 (cinco).

9.56. Serão desclassificadas as Propostas que:

I- Não estiverem de acordo com o solicitado no Termo de Referência;

II - Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

III - Deixarem de apresentar qualquer um dos documentos relacionados neste edital, ou apresenta-los em desacordo com as exigências do mesmo

IV - Apresentarem prazo de execução dos serviços diferente do estabelecido no Edital.

Disposições gerais sobre habilitação

9.57. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.58. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.59. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.60. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.61. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.62. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

I- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

II - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

III - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

IV - O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

V - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

VI - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.62.VI.1. ata de fundação;

9.62.VI.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.62.VI.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.62.VI.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.62.VI.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.62.VI.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.62.VI.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 115.136,00 anuais e R\$ 9.594,66 mensais.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento anual do CRBio03 de 2026, e na mesma rubrica nos exercícios que alcançarem a contratação: **6.3.1.3.02.01.003.**

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Porto Alegre, 29 de abril de 2026.

Lorenzo Dovera

Analista de Compras, Licitações e Contratos

Equipe de Apoio – Setor de Licitações

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência nº 90001/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)



Documento assinado eletronicamente por **Lorenzo Dovera, Analista de Compras, Licitações e Contratos**, em 29/04/2026, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://cfbio.gov.br/validar-assinatura/> informando o código verificador **0155453** e o código CRC **6B507EC9**.

Rua Coronel Corte Real - 662 - Bairro Petrópolis - Porto Alegre/RS - CEP 90630-080 - crbio03.gov.br

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª - RS

Estudo Técnico Preliminar 10/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 2026/000354.03-6

2. Descrição da necessidade

A contratação de assessoria jurídica tem por objeto o prosseguimento e manutenção do Programa de Integridade, revisão e elaboração de manuais, estruturação e treinamento a partir do desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade, análise periódica de riscos, estruturação e implantação das políticas e dos procedimentos, comunicação e treinamento, monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades, visando mitigar riscos de infringência à Lei 12.846/2013, atender ao Decreto Federal 9.203/2017 e a Lei 14.133/2021.

Ainda, são necessárias a assessoria técnica e a consultoria em questões que envolvem: assessoria em negociação coletiva anual com o sindicato dos empregados; consultoria trabalhista referente a dúvidas do setor de RH e Diretoria; a representação deste Conselho Regional frente ao MPT e demais órgãos e entidades fiscalizadoras da área trabalhista; confecção de pareceres e consultoria às gerências do CRBio-03, à Diretoria, ao Plenário e demais Comissões, conforme solicitação; defesas administrativas frente ao MPF, TCU e demais órgãos de fiscalização; participação em reuniões de Diretoria e Plenárias, conforme convocação; participação no Grupo de Trabalho para aplicação das regras da Lei Geral de proteção de Dados em conjunto com conselheiros, empregados e assessoria de informática; e a gestão de processos judiciais trabalhistas existentes e o ajuizamento de ações, defesas e propositura de recursos, representação em audiências, sustentação oral e demais atividades de representação judicial nas quais haja o interesse ou impedimento do Advogado interno do CRBio-03.

Além disso, os serviços de consultoria e representação próprios do cargo de advogado do CRBio-03 em suas faltas, licenças, férias ou eventual período de vacância no cargo.

Nos termos do art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual aqueles que demandam atuação profissional qualificada, com emprego de conhecimento técnico específico, análise crítica e solução de problemas complexos.

No caso em tela, os serviços pretendidos enquadram-se expressamente nas hipóteses previstas nas alíneas:

- c) assessorias e consultorias técnicas;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;

ambas do referido dispositivo legal.

Adicionalmente, conforme dispõe o art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), **os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização**, nos termos da legislação vigente. Tal previsão reforça o caráter diferenciado da atividade jurídica, que não se confunde com serviços comuns, dada a necessidade de conhecimento aprofundado, experiência específica e atuação estratégica.

A natureza dos serviços jurídicos a serem contratados exige:

- interpretação e aplicação de normas legais e regulatórias;
- elaboração de pareceres técnicos fundamentados;
- atuação estratégica em processos judiciais e administrativos;
- análise de riscos e orientação preventiva à gestão;

Caracterizando-se, portanto, como atividade **intelectual, não padronizável e de elevada complexidade técnica**, cuja execução depende de conhecimentos especializados e experiência profissional específica.

Ademais, tais serviços não se enquadram como serviços comuns, uma vez que não podem ser definidos por padrões objetivos de desempenho e qualidade estritamente mensuráveis, inviabilizando sua contratação por meio de modalidades como o pregão, que se destinam a objetos padronizados.

Dessa forma, resta evidenciado que o objeto da contratação configura-se como **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 14.133/2021, bem como como serviço técnico e singular à luz do art. 3º-A da Lei nº 8.906

/1994, sendo juridicamente adequada a adoção de procedimento compatível com essa natureza, como a utilização de critérios de julgamento por técnica e preço, melhor técnica, ou, conforme o caso concreto, a hipótese de inexigibilidade de licitação, quando presentes os requisitos legais.

Por todo o exposto, justifica-se o enquadramento da contratação pretendida na categoria de serviços técnicos especializados, afastando-se sua caracterização como serviço comum.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor Jurídico	Débora Siqueira Néri

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. A contratação da assessoria técnica jurídica para o Conselho Regional de Biologia - 3ª Região deverá observar requisitos mínimos indispensáveis à adequada execução do objeto, considerando a natureza contínua, especializada e estratégica dos serviços, bem como a necessidade de complementar e apoiar as atribuições já desempenhadas pelo advogado interno do Conselho.

4.1 Requisitos técnicos da Contratada

A empresa ou profissional a ser contratado deverá:

-Comprovar capacidade técnica na prestação de serviços jurídicos especializado, especialmente nas áreas de:

- Direito Administrativo, com ênfase na Lei nº 14.133/2021;
- Compliance público e Programa de Integridade, nos termos da Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 9.203/2017;
- Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho;
- Direito Constitucional e atuação perante órgãos de controle.

-Demonstrar experiência comprovada em:

- Implementação, monitoramento e aprimoramento de Programas de Integridade;
- Elaboração e revisão de normativos internos, manuais e políticas institucionais;
- Assessoria e consultoria em negociação coletiva de trabalho;
- Assessoria e consultoria à Conselhos de Fiscalização;
- Atuação perante órgãos como o Ministério Público do Trabalho (MPT), Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público Federal (MPF), além de outros tribunais federais;

-Possuir equipe técnica qualificada, com profissionais regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com experiência compatível com o objeto contratado.

4.2 Requisitos Operacionais

A Contratada deverá:

- Disponibilizar atendimento contínuo, por meio remoto (e-mail, telefone, videoconferência, SEI) e presencial - pelo menos três vezes durante o mês.
- Garantir tempestividade na resposta às demandas do Conselho;
- Participar de reuniões de Diretoria, Plenárias e Grupos de Trabalho, mediante convocação;
- Atuar de forma integrada com o advogado interno e a Gerência Jurídica, respeitando a divisão de competências e evitando sobreposição de funções;
- Assegurar a substituição técnica do advogado interno em casos de afastamentos legais, como férias, licenças ou vacância do cargo.

4.3 Requisitos Relacionados ao Programa de Integridade

A Contratada deverá:

- Atuar na manutenção e evolução do Programa de Integridade do Conselho, incluindo:
 - Mapeamento e análise periódica;
 - Elaboração e revisão de políticas e procedimentos;
 - Desenvolvimento de ações de comunicação e treinamento;
 - Monitoramento contínuo e proposição de melhorias;
 - Implementação de medidas de remediação e aplicação de penalidades;

4.4 Requisitos Jurídico - Institucionais

- Atuar na representação judicial e extrajudicial do Conselho em matérias trabalhistas e correlatas, quando necessário;
- Elaborar peças processuais, pareceres e manifestações jurídicas de alta complexidade;
- Prestar suporte técnico às gerências, Diretoria e Plenário e Comissões;
- Apoiar a implementação e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em conjunto com os demais setores envolvidos.

4.5 Requisitos de Conformidade e Sigilo

- Manter sigilo absoluto sobre todas as informações e documentos acessados;
- Atuar em conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Não possuir impedimentos legais ou conflitos de interesse que comprometam a execução do objeto.

4.6 Natureza Complementar da Contratação

A presente contratação não substitui as atribuições do advogado interno do Conselho, mas visa:

- Suprir demandas especializadas e de maior complexidade técnica;
- Garantir a continuidade dos serviços jurídicos em casos de afastamento;
- Fortalecer a governança institucional, especialmente no âmbito do Programa de Integridade;
- Atender demandas estratégicas e institucionais que extrapolam a capacidade operacional da estrutura interna.

5. Levantamento de Mercado

5. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atendimento das necessidades do Conselho Regional de Biologia – 3ª Região, especialmente no que se refere à assessoria técnica jurídica especializada, considerando aspectos de viabilidade, eficiência e aderência às demandas institucionais.

5.1 Soluções Existentes no Mercado

Foram identificadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

a) Contratação de escritório de advocacia especializado

Consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos jurídicos contínuos, com equipe multidisciplinar e atuação em diversas áreas do Direito.

Vantagens:

- Atuação integrada e especializada;
- Disponibilidade de equipe com diferentes expertises;
- Maior capacidade de atendimento simultâneo de demandas;
- Experiência consolidada em Programas de Integridade e atuação perante órgãos de controle.

Desvantagens:

- Custo potencialmente mais elevado;
- Necessidade de gestão contratual mais rigorosa;

b) Contratação de advogado autônomo (pessoa física)

Consiste na contratação direta de profissional liberal para prestação dos serviços jurídicos.

Vantagens:

- Menor custo em comparação com escritórios;
- Relação direta com o profissional responsável.

Desvantagens:

- Limitação de capacidade operacional;
- Dependência de um único profissional;
- Maior risco de descontinuidade em casos de impedimentos.

5.2 Práticas adotadas por conselhos de fiscalização

Verifica-se que órgãos da Administração Pública e conselhos de fiscalização profissional, de porte semelhante, adotam com frequência a contratação de assessoria jurídica especializada para:

- Apoio à implementação de Programas de Integridade;
- Atendimento a demandas trabalhistas e administrativas de maior complexidade;
- Suporte em processos perante órgãos de controle, como Tribunal de Contas e Ministérios Públicos;
- Complementação das atividades da assessoria jurídica interna.

5.3 Conclusão do Levantamento

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de escritório de advocacia especializado (pessoa jurídica) é a solução mais vantajosa e adequada para atender às necessidades do Conselho Regional de Biologia - 3ª Região, considerando:

- A complexidade e diversidade das demandas jurídicas;
- A necessidade de suporte técnico especializado e contínuo;
- A importância de garantir a continuidade dos serviços;
- A busca pela eficiência administrativa e mitigação de riscos institucionais.

6. Descrição da solução como um todo

6. A solução proposta consiste na contratação de serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, por meio de pessoa jurídica (escritório de advocacia), para atendimento das demandas estratégicas, consultivas e contenciosas do Conselho Regional de Biologia – 3ª Região, em caráter complementar às atividades já desempenhadas pelo advogado interno.

A contratação visa assegurar suporte jurídico qualificado e contínuo, especialmente em matérias de maior complexidade e relevância institucional, bem como garantir a continuidade dos serviços em situações de afastamento legal do profissional interno.

6.1 Componentes da Solução

A solução contempla a prestação integrada dos seguintes serviços:

- Assessoria e consultoria jurídica especializada, abrangendo:
 - Direito Administrativo, com foco em contratações públicas e governamentais;
 - Compliance Público e Programa de Integridade;
 - Direito do Trabalho e Processual do Trabalho;
 - Atuação perante órgãos de controle e fiscalização.
- Manutenção e aprimoramento do Programa de Integridade, incluindo:
 - Revisão e elaboração de manuais, políticas e procedimentos;
 - Mapeamento e gestão de riscos;
 - Implementação de controles internos;
 - Promoção de treinamentos e ações de comunicação;
 - Monitoramento contínuo e proposição de melhorias;
 - Adoção de medidas de remediação.
- Atuação consultiva e estratégica, compreendendo:
 - Elaboração de pareceres jurídicos;
 - Apoio à Diretoria, Plenário, Comissões e Gerências;
 - Participação em reuniões institucionais, quando convocado;
 - Suporte em negociação coletiva com entidades sindicais.
- Atuação contenciosa e representação institucional, incluindo:
 - Representação judicial e administrativa, especialmente em matéria trabalhista;
 - Atuação perante órgãos como Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas e outros tribunais federais.
 - Elaboração de peças processuais, recursos e sustentações orais;
 - Gestão de processos judiciais e administrativos.
- Apoio à conformidade normativa, abrangendo:
 - Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
 - Apoio à implementação de boas práticas de governança pública;
- Substituição eventual do advogado interno, garantindo a continuidade dos serviços jurídicos em casos de férias, licenças, afastamentos ou vacância do cargo.

6.2 Forma de Execução:

Os serviços serão prestados de forma contínua, mediante:

- Atendimento remoto (e-mail, telefone, vídeoconferência e SEI);
- Atendimento presencial, quando necessário;
- Disponibilidade para demandas urgentes e estratégicas;
- Integração com a estrutura interna do Conselho, especialmente com o setor jurídico.

6.3 Resultados Esperados:

Com a implementação da solução, espera-se:

- Fortalecimento da governança e da conformidade institucional;
- Redução de riscos legais, trabalhistas e administrativos;
- Maior segurança jurídica nas decisões da gestão;
- Efetiva implementação e manutenção do Programa de Integridade;
- Melhoria na eficiência e qualidade dos serviços jurídicos prestados;
- Continuidade das atividades jurídicas, sem prejuízo ao funcionamento institucional.

6.4 Integração com a Estrutura Interna

A solução foi concebida de forma a complementar a atuação do advogado interno, evitando sobreposição de atribuições e promovendo atuação colaborativa. Enquanto o profissional interno permanece responsável pelas atividades ordinárias e operacionais do Conselho, a assessoria contratada atuará de forma estratégica, especializada e suplementar, especialmente em demandas de maior complexidade ou volume.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. A estimativa da quantidade é de um escritório de advocacia na necessidade de suporte contínuo e especializado, em caráter complementar à atuação do advogado interno.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 115.136,00

PREÇO 1: Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região/RN - **CNPJ:** 23.603.274/0001-70 – R\$ 116.712,00 (cento e dezesseis mil, setecentos e doze reais)

PREÇO 2: Conselho Regional de Fonoaudiologia 3ª Região/PR - **CNPJ:** 73.392.409/0001-74 – R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais)

PREÇO 3: Conselho Regional de Odontologia de Sergipe – R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

PREÇO 4: Conselho Regional de Administração – R\$ 93.240,00 (noventa e três mil duzentos e quarenta reais).

PREÇO 5: Conselho Regional de Contabilidade do Amapá – R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

PREÇO 6: Conselho Regional de Fonoaudiologia da 9ª Região – R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

PREÇO 7: Conselho Regional de Farmácia do Maranhão – R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

PREÇO 8: Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul– R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

PREÇO 9: Conselho Regional de Química da 16ª Região– R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

PREÇO 10: Coelho Silva Advogados – R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil e quatrocentos reais).

PREÇO 11: Auro Machado Advocacia - R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais).

PREÇO 12: Mello & Castro Advogados - R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

PREÇO 13: Barbieri Advogados - R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

PREÇO 14: Bender & Mosmann Advogados Associados - R\$ 86.400,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

PREÇO 15: Sistema de Registro de Preço – COMPRASNET: R\$ 133.680,00 (cento e trinta e três mil seiscentos e oitenta reais).

Foram desconsiderados os preços 5, 11 e 13 por serem inexequíveis e muito abaixo do preço pesquisado, na forma do art. 2º, inciso I da IN 65/2021 do Ministério da Economia.

Valor Total estimado = R\$ 116.712,00 + R\$ 102.000,00 + R\$ 79.200,00 + R\$ 93.240,00 + R\$ 120.000,00 + R\$ 144.000,00 + R\$ 120.000,00 + R\$ 138.000,00 + R\$ 104.400,00 + R\$ 144.000,00 + R\$ 133.680,00 = R\$ 1.381.632/12 = R\$ 115.136,00 anuais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que se mostrar técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No entanto, no caso em análise, **não se mostra adequado o parcelamento da solução**, pelas razões a seguir expostas:

9.1 Natureza do Objeto:

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, caracterizados por sua natureza **intelectual, contínua e integrada**, envolvendo atividades consultivas, estratégicas e contenciosas interdependentes.

A execução dessas atividades demanda:

- Visão sistêmica e integrada das demandas institucionais;
- Uniformidade de entendimento jurídico;
- Padronização de orientações e procedimentos;
- Responsabilização clara e centralizada pela execução dos serviços;

O parcelamento poderia comprometer a coerência técnica das manifestações jurídicas e gerar entendimentos divergentes, trazendo insegurança a Administração.

9.2 Interdependência das Atividades

As atividades previstas - tais como implementação e monitoramento do Programa de Integridade, assessoria trabalhista, atuação perante órgãos de controle, elaboração de pareceres e representação judicial — são **intrinsecamente interligadas**, não sendo possível sua adequada segregação sem prejuízo à eficiência da execução contratual.

A eventual divisão do objeto entre múltiplos prestadores poderia resultar em:

- Duplicidade ou sobreposição de atividades;
- Lacunas na prestação dos serviços;
- Dificuldade de coordenação e comunicação entre contratadas;
- Aumento do risco de falhas e inconsistências jurídicas.

9.3 Eficiência Administrativa

A contratação de solução única favorece:

- Simplificação da gestão e fiscalização contratual;
- Redução de custos administrativos;
- Maior agilidade na tomada de decisões;
- Melhor controle da qualidade dos serviços prestados.

9.4 Economicidade e Vantajosidade

A contratação integrada tende a ser mais vantajosa do ponto de vista econômico, considerando:

- Ganhos de escala;
- Redução de custos indiretos;
- Melhor negociação de condições contratuais.

Além disso, a responsabilização de uma única contratada pelos resultados contribui para maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços.

Diante do exposto, conclui-se que **não é técnica nem economicamente viável o parcelamento da solução**, sendo recomendada a contratação de forma **global e integrada**, de modo a assegurar a adequada execução do objeto, a uniformidade das orientações jurídicas e a eficiência administrativa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. A presente contratação **não depende de outra contratação específica para sua viabilização**, sendo plenamente exequível de forma autônoma. Contudo, sua execução demandará integração com contratos existentes e com a estrutura organizacional do Conselho, especialmente no âmbito jurídico, administrativo e de governança.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico e às diretrizes institucionais do Conselho Regional de Biologia - 3ª Região, estando em consonância com os objetivos de fortalecimento da governança, da conformidade e da eficiência administrativa. A presente contratação também está incluída no Plano Anual de Contratações do Conselho Regional de Biologia - 3ª Região.

11.1 A contratação de assessoria técnica jurídica contribui diretamente para o alcance de objetivos estratégicos do Conselho, especialmente aqueles relacionados a:

- Fortalecimento da governança institucional;
- Aprimoramento dos mecanismos de controle interno e gestão de riscos;
- Promoção da integridade e da conformidade com normas legais e regulamentares;
- Melhoria da qualidade das decisões administrativas e jurídicas.

A implementação e manutenção do Programa de Integridade, objeto central da contratação, constitui ferramenta essencial para a consolidação de boas práticas de gestão pública e mitigação de riscos institucionais.

11.2 A demanda está compatível com o planejamento anual de contratações do Conselho, tendo sido previamente identificada como necessária ao adequado funcionamento da estrutura administrativa e ao atendimento das exigências legais e normativas aplicáveis à Administração Pública.

A Contratação está relacionada a serviços de natureza contínua e essencial, cuja ausência pode comprometer o desempenho institucional e a segurança jurídica das ações do Conselho.

11.3 A contratação atende aos princípios e diretrizes de governança pública previstos no Decreto nº 9.203/2017, bem como às práticas de integridade estabelecidas na Lei nº 12.846/2013, reforçando o compromisso institucional com a ética, a transparência e a prevenção de irregularidades.

11.4 A contratação mostra-se adequada às necessidades atuais do Conselho, considerando:

- A complexidade crescente das demandas jurídicas;
- A necessidade de suporte especializado em áreas estratégicas, como compliance e direito trabalhista;
- A limitação da estrutura interna para absorver integralmente tais demandas;
- A importância de assegurar continuidade dos serviços jurídicos.

11.5 A contratação de serviços de assessoria jurídica ao Conselho Regional de Biologia da 3ª Região – CRBio-03, verifica-se que o objeto pretendido possui natureza de **serviço técnico especializado, de caráter predominantemente intelectual**, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 14.133/2021, notadamente por envolver atividades de consultoria, assessoramento e patrocínio de causas judiciais e administrativas.

Adicionalmente, conforme o art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994, os serviços profissionais de advocacia são, por sua natureza, técnicos e singulares quando demonstrada a notória especialização, o que reforça a necessidade de avaliação qualitativa dos potenciais contratados.

Diante dessas características, conclui-se que a simples adoção de critérios exclusivamente econômicos, como o menor preço, não se mostra adequada, tendo em vista que:

- a qualidade técnica do serviço impacta diretamente na defesa dos interesses institucionais do Conselho;
- a atuação jurídica envolve análise estratégica, interpretação normativa e tomada de decisões complexas;
- eventuais falhas técnicas podem gerar prejuízos financeiros, institucionais e reputacionais significativos.

Nesse contexto, a Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de utilização do critério de julgamento por **técnica e preço**, especialmente para contratações que envolvam serviços técnicos especializados, permitindo a ponderação entre qualidade e economicidade.

A definição da ponderação de **60% para a técnica e 40% para o preço** mostra-se a mais adequada ao caso concreto, pelas seguintes razões:

- **Predominância da técnica:** a maior relevância atribuída à técnica (60%) assegura a seleção de proposta que apresente melhor qualificação profissional, experiência comprovada, metodologia de trabalho e capacidade de atendimento às demandas do CRBio-03;
- **Mitigação de riscos:** ao privilegiar a qualidade técnica, reduz-se o risco de contratações baseadas exclusivamente em menor preço, que possam comprometer a eficiência e a segurança jurídica das atividades desempenhadas;
- **Equilíbrio com a economicidade:** a atribuição de 40% ao critério preço garante a observância do princípio da economicidade, promovendo competição entre os licitantes e evitando propostas com valores excessivos;
- **Adequação à complexidade do objeto:** considerando que os serviços jurídicos não são padronizáveis e exigem atuação intelectual especializada, a ponderação adotada permite melhor avaliação das propostas sob múltiplos aspectos relevantes.

Dessa forma, a adoção do critério de julgamento **técnica e preço, na proporção de 60% para técnica e 40% para preço**, revela-se a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Por todo o exposto, justifica-se a escolha do referido critério de julgamento como o mais apropriado para a contratação pretendida.

A respeito do art. 7º, inciso II, da Lei 14.133/2021, c/c art. 8º, § 2º, do Decreto n.º 11.246/2022, os empregados designados para essa contratação foram realizados para a cumprir o princípio da segregação de funções. Informo que a designação dos empregados envolvidos na contratação da assessoria jurídica contempla a participação de dois Analistas de Licitações e Contratos, uma Gerente Jurídica, um Advogado e um Assessor de Compras, os quais atuarão de forma integrada na condução dos procedimentos necessários à contratação. Todos possuindo cursos de licitações e contratos e experiência no setor.

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação está plenamente alinhada ao planejamento institucional, sendo medida necessária e adequada para o fortalecimento da gestão, da governança e da segurança jurídica no âmbito do Conselho Regional de Biologia – 3ª Região.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. A contratação de assessoria técnica jurídica especializada proporcionará uma série de benefícios institucionais ao Conselho Regional de Biologia – 3ª Região, especialmente no que se refere ao fortalecimento da governança, à segurança jurídica e à eficiência administrativa.

12.1 Fortalecimento da Governança e da Integridade

- Estruturação, manutenção e aprimoramento do Programa de Integridade institucional;
- Implementação de políticas, procedimentos e controles internos mais robustos;
- Consolidação de boas práticas de governança pública e compliance;
- Maior aderência às normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.2 Mitigação de Riscos Jurídicos e Institucionais

- Redução de riscos de responsabilização administrativa, civil e trabalhista;
- Atuação preventiva por meio de orientações e pareceres técnicos qualificados;
- Melhor gestão de riscos institucionais e conformidade normativa;
- Atendimento às exigências legais, especialmente relacionadas à legislação anticorrupção e de governança.

12.3 Aumento da Segurança Jurídica

- Padronização de entendimentos e orientações jurídicas;
- Suporte técnico qualificado para tomada de decisões da Diretoria, Plenário e áreas técnicas;
- Redução de inconsistências jurídicas e de retrabalho;
- Maior respaldo legal nas ações institucionais.

12.4 Melhoria da Eficiência Administrativa

- Apoio especializado às áreas internas
- Maior agilidade na análise e resolução de demandas jurídicas;

- Redução da sobrecarga do advogado interno;
- Atuação estratégica em demandas complexas e de maior impacto.

12.5 Continuidade dos Serviços Jurídicos

- Garantia de atendimento contínuo, inclusive em casos de afastamento do advogado interno e da gerente jurídico (férias, licenças ou vacância);
- Evita interrupções nas atividades jurídicas essenciais ao funcionamento do Conselho;
- Maior estabilidade e previsibilidade na prestação dos serviços.

12.6 Suporte Especializado em Demandas Trabalhistas e Institucionais

- Apoio em negociações coletivas e questões trabalhistas;
- Representação qualificada perante órgãos de controle e fiscalização;
- Defesa dos interesses institucionais em processos administrativos e judiciais;
- Redução de passivos trabalhistas e riscos correlatos.

12.7 Desenvolvimento Institucional

- Capacitação indireta das equipes internas por meio da transferência de conhecimento
- Melhoria contínua dos processos internos e normativos;
- Apoio na implementação de projetos estratégicos, como a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

12.8. Economicidade a Longo Prazo

- Redução de custos decorrentes de passivos judiciais e administrativos;
- Prevenção de sanções e penalidades;
- Melhor alocação de recursos públicos, com foco em ações preventivas.

13. Providências a serem Adotadas

13. Para a adequada implementação da solução proposta e o regular prosseguimento da contratação de assessoria técnica jurídica, faz-se necessária a adoção das seguintes providências por parte do Conselho Regional de Biologia - 3ª Região.

13.1 **Providências Administrativas**

- Formalização e aprovação do ETP pela autoridade competente;
- Elaboração do Termo de Referência, com detalhamento do objeto, requisitos, critérios de seleção e condições de execução;
- Verificação de disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a contratação;
- Definição da modalidade de contratação e condução do respectivo processo administrativo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13.2 **Providências Técnicas**

- Levantamento detalhado das demandas jurídicas do Conselho, a fim de subsidiar a elaboração do Termo de Referência;
- Definição de fluxos internos de solicitação e acompanhamento dos serviços jurídicos;
- Estabelecimento de critérios objetivos para avaliação da qualidade dos serviços prestados;
- Indicação de gestor e fiscal do contrato, preferencialmente com conhecimento na área jurídica ou administrativa.

13.3 **Providências Relacionadas à Governança e Integridade**

- Organização e disponibilização de documentos institucionais necessários à execução do objeto (normativos internos, contratos, processos administrativos, entre outros);
- Estruturação interna mínima para acompanhamento do Programa de Integridade;
- Designação de responsáveis internos para interlocução com a contratada, especialmente no âmbito da governança, compliance e gestão de riscos.

13.4 **Providências Operacionais**

- Disponibilização de acesso aos sistemas e informações necessários à execução dos serviços, observadas as regras de sigilo e proteção de dados;
- Definição de canais formais de comunicação entre o Conselho e a futura contratada;
- Planejamento de reuniões periódicas para alinhamento e acompanhamento das atividades.

13.5 **Providências Relacionadas à LGPD**

- Adoção de medidas para garantir a conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente no compartilhamento de informações com a contratada;
- Formalização de cláusulas contratuais específicas sobre confidencialidade, segurança da informação e tratamento de dados.

13.6 Capacitação e Sensibilização Interna

- Promoção de ações internas de sensibilização quanto ao papel da assessoria jurídica e à importância do Programa de Integridade;
- Alinhamento das áreas internas quanto aos fluxos e procedimentos a serem adotados na interação com a contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. A contratação de serviços de assessoria técnica jurídica, por sua natureza predominantemente intelectual, apresenta **baixo potencial de impacto ambiental direto**. Ainda assim, é importante identificar possíveis impactos indiretos e adotar medidas mitigadoras, em consonância com os princípios da sustentabilidade na Administração Pública.

14.1 Identificação dos Possíveis Impactos

Os principais impactos ambientais associados à execução do objeto são:

- Consumo de papel e materiais de escritório, decorrente da elaboração de documentos, pareceres e relatórios;
- Consumo de energia elétrica, relacionado ao uso de equipamentos eletrônicos (computadores, servidores, iluminação);
- Deslocamentos para reuniões presenciais, que podem gerar emissão de gases poluentes;
- Uso de recursos tecnológicos, como armazenamento de dados em nuvem e tráfego de informações digitais.

14.2 Medidas Mitigadoras

Para minimizar os impactos identificados, recomenda-se:

- Priorizar a tramitação eletrônica de documentos, por meio de sistemas digitais, reduzindo o uso de papel;
- Adotar práticas de escritórios sustentável, como o uso consciente de energia elétrica e equipamentos eficientes;
- Incentivar reuniões virtuais, sempre que possível, reduzindo a necessidade de deslocamentos;
- Utilizar assinaturas eletrônicas, evitando impressões desnecessárias;
- Promover a conscientização ambiental entre os envolvidos na execução contratual.

14.3 Conformidade com princípios de sustentabilidade

A solução proposta está alinhada aos princípios da sustentabilidade e da eficiência administrativa, ao privilegiar:

- O uso de tecnologias digitais;
- A redução do consumo de recursos naturais;
- A minimização de impactos ambientais indiretos.
-

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de assessoria técnica jurídica para o Conselho Regional de Biologia – 3ª Região mostra-se **viável, necessária e adequada** ao atendimento das demandas institucionais.

A solução proposta atende aos requisitos técnicos e operacionais, apresenta compatibilidade com o planejamento institucional, bem como se mostra alinhada às diretrizes legais e aos princípios da Administração Pública, especialmente aqueles previstos na Lei nº 14.133/2021.

Verificou-se, ainda, que:

- A contratação é essencial para o fortalecimento da governança, da conformidade e da segurança jurídica do Conselho;
- Há necessidade de suporte técnico especializado, especialmente em temas como Programa de Integridade, direito trabalhista e atuação perante órgãos de controle;
- A solução escolhida (contratação de pessoa jurídica especializada) é a mais vantajosa dentre as alternativas analisadas;
- Não há óbices técnicos, administrativos ou ambientais que impeçam a contratação;
- Os benefícios esperados superam os custos envolvidos, especialmente no que se refere à mitigação de riscos e à melhoria da eficiência institucional.

Adicionalmente, a contratação permitirá a atuação complementar ao advogado interno e a Gerente Jurídica, garantindo maior capacidade operacional, continuidade dos serviços e atendimento adequado às demandas estratégicas do Conselho.

Dessa forma, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do feito com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à formalização da contratação, observadas as disposições legais aplicáveis.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LORENZO DOVERA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 11:37:57.



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS
AUTARQUIA FEDERAL

MINUTA TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 2026/000354.03-6)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Autarquia fiscalizadora por intermédio do Conselho Regional de Biologia – 3ª Região, com sede na Rua Coronel Corte Real, 662, Bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.053.157/0001-36, neste ato representada pelo seu Presidente, Jairo Luis Candido, CRBio sob nº 009859/03, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 2026/000354.03-6 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **[objeto]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de Sociedade de Advogados(as) para a prestação de serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Conselho Regional de Biologia do Rio Grande do Sul (CRBio03), conforme as condições do item 3.2 do Termo de Referência.	795	12	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação nesse objeto.



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas que se fizerem necessárias para realização do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Obriga-se, mediante solicitação formal da CONTRATANTE, caso a CONTRATANTE não tenha interesse na renovação contratual, a manter a prestação dos serviços por período excepcional e transitório de até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, nas mesmas condições pactuadas, inclusive quanto aos preços, até a conclusão de novo procedimento licitatório ou formalização de nova contratação.
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33. Promover a organização administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS AUTARQUIA FEDERAL

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento sob a rubrica 6.3.1.3.02.01.003 – Assessoria Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio Grande do Sul, Seção Judiciária de Porto Alegre/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Porto Alegre, [dia] de [mês] de [ano].

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO
Biólogo Jairo Luis Candido
Conselheiro Presidente - CRBio 009859/03

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS
AUTARQUIA FEDERAL**

**ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência nº 90001/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS
AUTARQUIA FEDERAL

TERMO

Eu, _____, CPF nº _____, assumo o compromisso de manter a confidencialidade e sigilo de todas as informações a que tiver acesso, referentes às minhas atribuições ou além delas, dentro do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região. Comprometo-me ainda em salvaguardar a informação sigilosa e a pessoal, bem como assegurar a publicidade da informação ostensiva, utilizando-as, exclusivamente, para o exercício das atribuições de cargo, emprego ou função, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal. (Norma Complementar 20/IN01/DSIC/GSIPR). Por este termo de confidencialidade e sigilo, comprometo-me a:

1. Não utilizar informações sigilosa (protegida por legislação específica) ou pessoal a que tiver acesso, para lograr benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros. Estas informações nos diversos formatos (impresso, magnético ou digital) devem ser tratadas com absoluta reserva em qualquer condição e não podem ser divulgadas ou dadas a conhecer a terceiros não autorizados, inclusive aos próprios usuários (servidores públicos, estagiários, prestadores de serviço ou terceirizados) do CRBio03, sem a autorização do proprietário da informação;
2. Não efetuar gravação ou cópia da documentação sigilosa ou pessoal a que tiver acesso para fins diversos não relativos à função ou cargo;
3. Manter a necessária cautela quando da exibição de dados em tela, impressora ou na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
4. Não me ausentar da estação de trabalho sem encerrar a sessão de uso do navegador, bloquear estação de trabalho, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por terceiros;
5. Não revelar minhas senhas a ninguém e tomar o máximo de cuidado para que ela permaneça somente de meu conhecimento;
6. Alterar minha senha regularmente e sempre que obrigatório ou que tenha suspeição de descoberta por terceiros, não usando combinações simples que possam ser facilmente descobertas;
7. Responder, em todas as instâncias, pelas consequências das ações ou omissões de minha parte que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de minha senha ou das transações a que tenha acesso.
8. Respeitar as normas de segurança e restrições de sistema impostas pelos sistemas de segurança implantados na instituição;
9. Informar imediatamente ao Fiscal do Contrato do CRBio03 a respeito de qualquer incidente de segurança da informação ou violação, intencional ou não, das regras descritas na Política de Segurança da Informação e normativas correlacionadas.

De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940) constitui infração inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000).

O não cumprimento deste Termo implicará, para os que estiverem envolvidos na violação do sigilo e uso das informações do CRA-RS, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, na aplicação da sanção de advertência à rescisão do respectivo contrato de prestação de serviço, com aplicação de todas as multas nele previstas por inadimplemento.

Nestes Termos, as seguintes expressões são assim definidas:

Agente Público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, como: resultado de exames médicos; lista de nomes, e-mail dos servidores ou colaboradores do CRA-RS e respectivos dados, armazenados sob qualquer forma; informações referentes a salários e benefícios dos servidores.

Informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade ou do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo, tais como: Sigilos Decorrentes de Direitos de Personalidade: Sigilo Fiscal, Sigilo Bancário, Comercial, Sigilo Empresarial, Sigilo Contábil; Sigilos de Processos e Procedimentos: Acesso a Documento Preparatório, Sigilo do Procedimento Administrativo Disciplinar em Curso, Sigilo do Inquérito Policial, Segredo de Justiça no Processo Civil, Segredo de Justiça no Processo Penal; Informação de Natureza Patrimonial: Segredo Industrial, Direito Autoral e Propriedade Intelectual de Programa de Computador, Propriedade Industrial.

Incidente de segurança: qualquer evento ou ocorrência que promova uma ou mais ações que comprometam ou que seja ameaça à integridade, autenticidade ou disponibilidade de qualquer ativo de TI do CRBio03.

Proprietário da informação: refere-se à parte interessada do órgão ou entidade, indivíduo legalmente instituído por sua posição e/ou cargo, o qual é responsável primário pela viabilidade e sobrevivência da informação.

Porto Alegre, de de 2026.

Rua Coronel Corte Real - 662 - Bairro Petrópolis - Porto Alegre/RS - CEP 90630-080 -
crbio03.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS
AUTARQUIA FEDERAL

MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 2026/000354.03-6

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:		
E-mail:		
Banco:	Agência:	C/C:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL
01	Contratação de Sociedade de Advogados (as) para prestação de serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Conselho Regional de Biologia do Rio Grande do Sul (CRBio03), conforme as condições do item 3.2 do Termo de Referência.	795	mês	12	R\$ XX	R\$ XX

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos que os preços contidos nesta proposta compreendem a integralidade dos custos diretos e indiretos para a entrega do objeto desta contratação, inclusive os custos com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, tributos incidentes, taxa de administração, material, serviços, seguros, frete, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação e deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Aviso e seus Anexos, bem como, os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO – RS
AUTARQUIA FEDERAL

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal